

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre



Título: Relatório de Consulta Pública PDA221

Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Agosto de 2021

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. O PROJETO.....	4
3. LOCALIZAÇÃO	4
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	5
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	5
7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5
8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, sujeito a um procedimento de Consulta Pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 16 de julho a 5 de agosto de 2021.

O proponente do projeto é a Sunday Dimension, Lda e a entidade licenciadora, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

2. O PROJETO

O projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente, o sol, contribuindo para a diversificação das fontes energéticas e para as metas nacionais em matéria de integração das renováveis na produção de energia.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto fica situado na Albufeira do Alto Rabagão, e abrange o concelho de Montalegre (união de freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, freguesia de Negrões e freguesia de Chã). A linha de ligação do Núcleo 2 à subestação atravessa parcialmente a freguesia de Alturas do Barroso e Cerdedo, do concelho de Boticas.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 16 de julho a 5 de agosto de 2021.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Norte e na Câmara Municipal de Montalegre;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

7. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas oito exposições provenientes de Câmara Municipal de Montalegre; Junta de Freguesia de Negrões; União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas; Conselho Diretivo dos Baldios de Parafita; 4 cidadãos a título individual.

8. SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A análise dos pareceres recebidos, que a seguir se sintetizam, traduz uma clara oposição à implantação do projeto, pelos inerentes impactes negativos significativos e não minimizáveis que o mesmo induzirá na paisagem natural e visual, nos recursos hídricos, nos solos, na fauna e flora e habitats diversos sendo, amiúde, sublinhada a incompatibilidade do projeto com o modelo de desenvolvimento do concelho que assenta, essencialmente, na atividade turística, onde a albufeira desempenha um papel muito relevante.

A **Câmara Municipal de Montalegre** considera que o projeto, com uma área prevista de 154,76 ha, coloca em causa o desenvolvimento turístico da albufeira do Alto Rabagão, primeiro porque as estruturas previstas irão ocupar demasiada área indo, por consequência, causar um grande impacto visual, quer para os habitantes quer para as pessoas que pretendam usufruir daquela albufeira. Depois, porque a sua localização colide com a linha de abastecimento das redes aéreas das aeronaves usadas no combate aos fogos florestais e rurais e sublinha que esta é a única albufeira que permite o abastecimento a aeronaves de grande porte, na região norte do país. Considera, por isso, que o projeto deverá ser redimensionado e repensada a sua colocação para uma área próxima dos painéis já existentes junto ao paredão da albufeira. Quanto à prevista passagem da linha de ligação à rede junto do Castro de S. Romão, uma área classificada, manifesta o seu total desacordo. Estas preocupações são sustentadas no parecer do seu departamento de planeamento e gestão do território, que a seguir se transcreve: "estão projetadas duas infraestruturas denominadas Núcleo 1 e Núcleo 2, ocupando uma área total do plano de água de 154,76 ha (o correspondente a 155 campos de futebol!), e respetivas infraestruturas de escoamento da energia produzida. Cada um dos dois núcleos ocupará praticamente a largura da Albufeira. Com a descida constante do nível da mesma, em determinados períodos, as plataformas limitarão mesmo a passagem ao longo do plano de água. O projeto é incompatível com qualquer projeto turístico na periferia da albufeira, pondo em causa os princípios subjacentes ao PDM atualmente em vigor em termos de modelo de desenvolvimento do concelho. Muito embora na proposta se indique o baixo impacto visual da infraestrutura, é óbvio que o mesmo é muito elevado. O próprio corredor para abastecimento dos meios aéreos de combate a incêndios ficará comprometido. Ficarà impedida a possibilidade de circulação de embarcações em condições minimamente aceitáveis. O tipo de fixação das estruturas, ainda não definido, implicará a colocação de cabos de amarração ao fundo do leito ou às margens da albufeira, criando um novo impedimento à utilização natural do plano de água. O mesmo problema se colocará com a localização dos cabos submerso de ligação das plataformas à margem Sul da

albufeira. A ocupação do plano de água não tem quaisquer custos de aquisição para o promotor. Com efeito, o espaço é grátis e absolutamente plano. Com a vantagem acrescida de permitir o arrefecimento natural das infraestruturas, permitindo a rentabilização do projeto, sendo que as vantagens para as populações são nulas. Face aos impactos previsíveis, são mesmo bastante negativas. Montalegre não é propriamente uma região de boa exposição solar, admitindo-se que tenha apenas cerca de metade das horas de sol relativamente a qualquer região do Sul do país. As vantagens para o promotor que possam advir do custo zero do local de implantação e da maximização das condições de rendimento da mesma, provavelmente serão superiores à menor exposição solar da região. Embora não sendo referidos, colocar-se-ão, necessariamente, também, problemas de alteração da qualidade da água, uma vez mais condicionando a utilização da albufeira para outras atividades de lazer ou produtivas de reduzido impacto, nomeadamente a pesca, a truticultura e outras. Uma área da albufeira com cerca de 155 ha será privada de luz solar direta, com os consequentes efeitos nefastos na fauna e flora aquáticas. Refira-se que, quando da discussão das normas de utilização das águas da albufeira no âmbito da elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto-Rabagão, aprovado mas nunca homologado e, em definitivo, abandonado, o ex-INAG pretendia a desativação da truticultura existente. Tal não ocorreu por especial despacho da Secretaria-geral competente que anulou tal pretensão. Em terra são projetadas as restantes infraestruturas, também estas de grande impacto visual e não só: linhas aéreas de média e alta tensão e uma subestação elétrica. Estas infraestruturas localizam-se, inclusive, na proximidade imediata do Castro de S. Romão, sendo projetada a instalação de infraestruturas de grande porte (linhas de média e alta tensão e uma subestação) que afetarão a envolvente do Castro. A proposta caracteriza os solos a ocupar a Sul da albufeira como de qualidade inferior, minimizando o impacto de instalação das referidas infraestruturas, quase numa abertura de caminho a uma maior facilidade de aprovação do projeto. A região próxima não terá qualquer benefício direto com este projeto.”

A **Junta de Freguesia de Negrões** discorda da implantação do projeto considerando-o um verdadeiro atentado paisagístico. Apesar de a sua população viver, essencialmente, de uma agricultura de subsistência, realça que a atividade turística tem vindo a implementar-se, justamente, por causa do potencial da albufeira do Alto Rabagão para o desenvolvimento das muito atrativas atividades náuticas e balneares, e sublinha os investimentos que têm vindo a ser feitos neste setor, seja por jovens emigrantes com a ideia de regresso, seja pela própria junta de freguesia. Recorda, por último, esta entidade, o quanto a sua população já foi prejudicada aquando da criação da barragem e exige serem ouvidos nas negociações com vista à salvaguarda dos interesses da freguesia e das suas populações.

A **União das Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas** também manifesta a sua oposição ao projeto que considera não se adequar à sua terra, além de que colide com a forte aposta no setor do turismo que tem vindo a ser uma aposta da autarquia, assente nas quer nas atividades náuticas, quer na divulgação das suas tradições e costumes. Um projeto desta natureza priva as pessoas de usufruírem o melhor que o Barroso tem, conclui.

O **Conselho Directivo de Baldios de Parafita** declara, também, a sua discordância relativamente à edificação do projeto, pelas razões que a seguir se sumariam: a área a ocupar (154,76 ha) é de uma dimensão tal que irá pôr em risco o uso da albufeira para outros fins. Lembra esta entidade que a região foi afetada massivamente com a construção da albufeira, designadamente com o alagamento de um dos vales mais férteis do Barroso, facto que provocou uma redução drástica das populações, sendo que quem ficou e resistiu tem aprendido a viver com a albufeira, orientando as suas atividades económicas para a restauração, o turismo, as atividades lúdicas e recreativas, a pesca, a paisagem natural; limitação do uso da albufeira por aviões de grande porte, utilizados no combate aos incêndios florestais; passagem da linha elétrica na zona do Castro de S. Romão, que para além da questão paisagística porá em risco um Castro milenar, legado cultural das suas origens enquanto povo e civilização. Não descurando a importância da

energia obtida por fontes não poluentes, considera esta entidade que a sua implantação não pode ser feita a qualquer custo, sobretudo numa zona que já dá um contributo enorme para a causa, seja em energia hídrica, seja em energia eólica, sem ver daí quaisquer contrapartidas. Reforça que as populações têm aprendido a viver com a albufeira, e têm apostado nas suas potencialidades, pelo que um empreendimento desta natureza será um revés para as pessoas que durante décadas têm aprendido a reconciliar-se com a barragem e a albufeira. Por fim, pensa que a fauna e a flora também sofrerão com tal empreendimento.

Os **cidadãos** que se expressaram a título individual, todos discordam do projeto. Desde logo, não só pela afetação na paisagem, na fauna e na flora mas, também, pela previsível afetação das aldeias de Negrões e Vilarinho. Depois, porque a produção de energia através de centrais fotovoltaicas, além de não produzir energia no período da noite e no inverno, os seus painéis são feitos de materiais muito poluentes.



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão

ANEXO I



Dados da consulta

Nome resumido	Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre
Nome completo	Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre
Descrição	Proposta de Definição de Âmbito do Estudo Impacte Ambiental, no âmbito do Estudo Prévio do Parque Solar de Montalegre, com uma potência de ligação de 112 MVA e uma potência de pico de 145.152 kWp. O projeto é composto pelos seguintes elementos: Infraestrutura de produção de energia solar (módulos fotovoltaicos flutuantes); Cabos de ligação a terra; Ponto de receção em terra; Linha de Ligação à Subestação a 30 kV; Subestação a 150-30 kV; Linha de ligação à RESP a 150 kV.
Período de consulta	2021-07-16 - 2021-08-05
Data de início da avaliação	2021-08-06
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Proposta de definição de âmbito
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Sunday Dimension Lda.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Proposta de Definição do Âmbito do EIA	Documento https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/DA221/pda221202162212516.pdf
--	---

Participações

ID 41302 Conselho Directivo dos Baldios de Parafita em 2021-08-05**Comentário:**

O Conselho Directivo de Baldios de Parafita, manifesta a sua discordância relativamente à construção deste empreendimento de produção de energia fotovoltaica pelas seguintes razões: A área a ocupar (154,76 ha) é de uma dimensão tal que irá por em risco o uso da albufeira para outros fins; Na verdade, a região foi afetada massivamente com a construção da albufeira nos anos 60 do século passado. Esse facto provocou uma redução drástica das populações em redor, que foram privadas, entre outros bens, do seu meio de subsistência com o alagamento de um dos vales mais férteis de Barroso. Quem ficou e resistiu tem aprendido a viver com a albufeira, orientando as suas actividades económicas para a restauração, o turismo as actividades lúdicas e recreativas, a pesca, a paisagem natural, virgem e pacífica, que vai trazendo pessoas a visitar a zona, à procura de locais longe das grandes cidades. A instalação deste empreendimento será mais uma vez um duro golpe nas populações que vão resistindo a ficar e a dar vida a uma zona do país para a qual o governo central apenas olha como fonte de recursos que serão usados nas zonas onde há mais densidade populacional (cidades do litoral). Foi a Albufeira nos anos 60 do século passado, têm sido os aerogeradores que crescem que nem cogumelos, agora isto e não sabemos o que a í poderá vir. Tanto investimento na zona, mas sem contrapartidas para quem ainda resiste. Entendemos também que a área correspondente a cerca 154 campos de futebol, dividida em duas zonas pode prejudicar o uso da albufeira por aviões de grande porte, no combate aos incêndios florestais, como já aconteceu no passado. Com efeito, dada a dimensão desta albufeira, é dos poucos locais do território continental onde por exemplo um Beriev BE200 pode abastecer-se de água. Será que esta situação está acautelada? Por outro lado, a instalação da ligação a terra na zona do castro de S. Romão, para além da questão paisagística porá em risco um castro milenar, legado cultural das nossas origens enquanto povo e civilização. Perder isso em nome do progresso, não nos parece sinal de avanço civilizacional. A energia limpa é uma causa nobre, mas não pode ser implementada a qualquer custo, sobretudo numa zona que já dá um contributo enorme para a causa, seja em energia hídrica, seja eólica e que já paga uma fatura elevada por isso, sem ver qualquer contrapartida. As populações têm aprendido a viver com a albufeira, e têm apostado nas suas potencialidades, este empreendimento será um revés para as pessoas que durante décadas têm aprendido a reconciliar-se com a barragem e a albufeira. Por fim, também a fauna e a flora sofrerão com tal empreendimento. Por um lado no espelho de água, os barcos a circular seja durante a instalação e seja depois para manutenção vão trazer barulho e poluição. Este facto irá concerteza prejudicar a qualidade da água que abastece vários concelhos do Alto Tâmega. Por outro lado, as zonas que serão alvo de intervenção para instalação da ligação `a terra e às linha eléctricas existentes vão sofrer em termos de delapidação da paisagem, das espécies selvagens que nela vivem e do uso dos terrenos baldios para a pastorícia e recolha de recursos. Enfim, por todas as razões apresentadas, o Conselho Directivo de Baldios de Parafita vem manifestar a sua discordância relativamente à instalação dp Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre. Disponível para qualquer esclarecimento: O Presidente do Conselho Directivo de Baldios Pedro Barroso

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 41300 José Manuel Álvares Pereira em 2021-08-05**Comentário:**

Anexam-se algumas notas sobre o projeto, concluindo-se pela discordância total com o mesmo.

Anexos: 41300_02.Algumas_Notas_Discordância.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 41292 Junta de Freguesia de Negrões em 2021-08-03**Comentário:**

Discordamos claramente deste atentado paisagístico à nossa freguesia! Como a nossa freguesia vive essencialmente da agricultura de subsistência e, cada vez mais, do turismo que a albufeira do alto Rabagão nos proporciona, este projeto irá causar-nos um impacto extremamente negativo. Neste momento, temos jovens a apostar no turismo, como é o caso de um dos mais recentes investimentos que é a praia do Monte' Alegre, este investimento retorna à sua terra dois dos elementos mais jovens emigrados em França que sonham um dia poder viver aqui diariamente, como é que estes jovens vão ser ressarcidos de todo o investimento feito até ao momento? Como é que lhe vai ser dito que todo o incentivo feito pela Junta de Freguesia para investir no nosso território irá ser prejudicado? Como é que vão poder apostar nas suas atividades náuticas e balneares? Como é que vamos explicar aos nossos cidadãos que, mais uma vez, serão prejudicados com um investimento que só lhe trará prejuízo? Recordamos que, infelizmente já fomos bastante prejudicados no passado com a criação desta barragem, metade da aldeia teve que procurar uma nova casa com a pechincha que lhe foi paga pelos seus terrenos, terrenos esses que eram os mais produtivos da aldeia, perdemos metade da população, ficamos com o que ninguém queria mas, felizmente já não vivemos no tempo do Salazar estaremos aqui para defender os interesses da nossa freguesia, freguesia esta que se pode gabar de ser uma das mais unidas do país, estaremos todos do mesmo lado! Caso haja algum tipo de negociação, dados todos os interesses que estão envolvidos neste projeto e que infelizmente nos ultrapassam, queremos ser ouvidos e informados para que assim possamos defender a nossa freguesia! O presidente, Vitor Carreira jfnegroes@sapo.pt Tel: 934331792

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 41291 UNIAO DAS FREGUESIAS DE VIADE DE BAIXO E FERVIDELAS em 2021-08-03**Comentário:**

Daniel Reis Afonso, Presidente da União de Freguesias de Viade de Baixo e Fervidelas, em representação da mesma estamos contra a construção do Parque Solar Fotovoltaico Flutuante, na nossa Freguesia, não se adequa a nossa Terra e não traz nenhuma vantagem. Já fomos muito prejudicados com a construção da Barragem dos Pisões, sem quase nenhuma contrapartida, temos a central dos Pisões no nosso termo e nunca tivemos nenhuma contrapartida para a Freguesia, ainda a pouco junto ao paredão da Barragem foi colocado um painel. São investimentos que não se adequam a política do Conselho, que há uma forte aposta no Turismo, uma grande divulgação das nossa tradições e costumes. As margens da Albufeira, tem tido muita procura em que são cada vez mais os investimentos, em que existe vários negócios, que sobrevivem com o turismo. Fazendo este investimento estamos a privar as pessoas de usufruir de melhor que o Barroso tem. Resumindo somos contra este investimento(negocio) na nossa Freguesia. Com os melhores cumprimentos, Daniel Reis Afonso

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 41289 Município de Montalegre em 2021-08-02**Comentário:**

Posição do Município de Montalegre relativa á Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre - PDA221

Anexos: 41289_Parque Solar PDA221.pdf**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 41244 David de Sousa Magalhães Cardoso em 2021-07-17**Comentário:**

Discordo absolutamente. Uma intervenção desta natureza tem um impacto brutal a nível paisagístico, bem como na fauna e flora aquática, e certamente nas aldeias de Negrões e Vilarinho. Tantos locais em terra para colocarem o parque solar! Neste local é uma péssima ideia.

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:**

Observações do técnico:

ID 41234 Carolina em 2021-07-16**Comentário:**

Passados 30 anos de experiencia com paineis solares chegamos à conclusão que são poluição, nao produzem energia quando mais ptecisamos dela (noite e no inverno). Para além do facto que são feitos de materiais muito poluentes, que têm pouco tempo de vida e a sua instalação altera por completo o ecossistema

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 41219 Carlos Amorim em 2021-07-16**Comentário:**

Vale tudo no Barroso? Que impactos tem na qualidade da água. As manutenções são feitas como, com barcos com motor fora de borda? A lançar gasolina para a água. E as estruturas a degradarem-se é a enferrujarem? Não é a solução!

Anexos: Não**Estado:** Tratada**Tipologia:** Discordância**Classificação:****Observações do técnico:**

ID 41212 Carlos Alberto Pereira Mendes em 2021-07-16

Comentário:

Incrível, o impacto ambiental que vai provocar. Nunca mais esta albufeira vai ser a mesma.

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:



Município de Montalegre

Exmo. Senhor.

Presidente do Conselho Diretivo da APA
Rua da Murgueira, 9
Zanbujal – Alfragide
2610-124 Amadora

ASSUNTO:

Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre – PDA221

No âmbito da Consulta Pública relativa ao **Parque Solar Fotovoltaico Flutuante de Montalegre – PDA221**, o Município de Montalegre vem manifestar a sua posição nos seguintes termos:

1. A área prevista para a implementação do projeto, 154,76 ha, coloca em causa o desenvolvimento turístico da Albufeira do Alto Rabagão. As estruturas previstas vão ocupar demasiada área que, por consequência, irão causar um grande impacto visual, quer para os habitantes locais quer para as pessoas que pretendam usufruir desta albufeira;
2. A sua localização colide com a linha de abastecimento das redes aéreas para o abastecimento das aeronaves usadas no combate aos fogos florestais e rurais. Saliente-se que esta é a única albufeira que permite o abastecimento a aeronaves de grande porte, na zona norte do país.
3. O projeto deverá ser redimensionado e repensada a sua colocação para uma área próxima dos pinéis já existentes, junto ao paredão da albufeira.
4. Está prevista a passagem da linha de ligação à rede junto do Castro de S. Romão, uma área classificada, solução para a qual manifestamos o nosso total desacordo.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara Municipal de Montalegre


(Manuel Orlando Fernandes Alves)

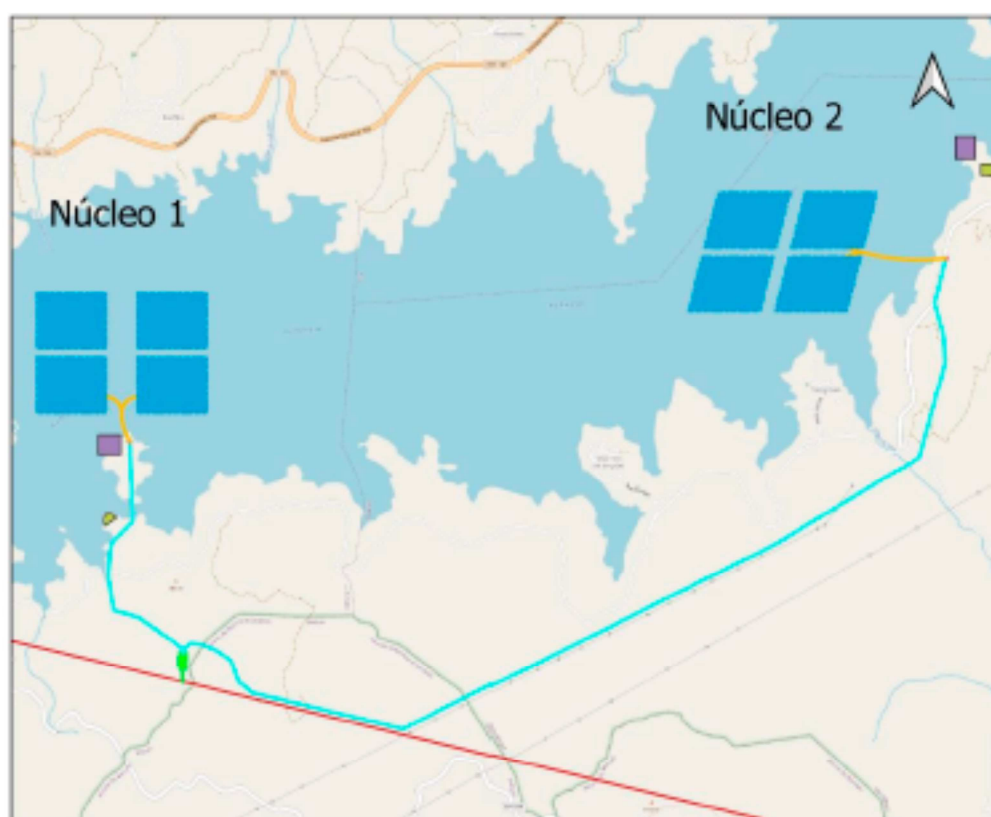
Departamento de Planeamento e Gestão do Território

ESTUDO PRÉVIO DO PARQUE SOLAR DE MONTALEGRE

Promotor: Sunday Dimension, Lda.

Proposta de definição de âmbito, para elaboração do Estudo de Impacte Ambiental

COMENTÁRIO/RECLAMAÇÃO



PROJETO

- Central Fotovoltaica
- Cabo de Ligação a terra
- Ponto de receção em terra
- Ligação à Subestação
- Subestação 150-30 kV
- Ligação à RESP
- Linha existente a 150 kV
- Zona de montagem dos módulos fotovoltaicos
- Área para localização do estaleiro

OpenStreetMap



Departamento de Planeamento e Gestão do Território

De acordo com a proposta, o projeto, promovido pela empresa Sunday Dimension, Lda., prevê a instalação de uma potência de ligação de 112 MVA e uma potência de pico de 145.152 kWp, sendo composto pelos seguintes elementos:

- Infraestrutura de produção de energia solar (módulos fotovoltaicos flutuantes);
- Cabos de ligação a terra;
- Ponto de receção em terra;
- Linha de Ligação à Subestação a 30 kV;
- Subestação a 150-30 kV;
- Linha de ligação à RESP a 150 kV.

Conforme planta esquemática que acima se reproduz, estão projetadas duas infraestruturas denominadas Núcleo 1 e Núcleo 2, ocupando uma área total do plano de água de 154,76 ha (o correspondente a 155 campos de futebol!), e respetivas infraestruturas de escoamento da energia produzida.

Cada um dos dois núcleos ocupará praticamente a largura da Albufeira. Com a descida constante do nível da mesma, em determinados períodos as plataformas limitarão mesmo a passagem ao longo do plano de água.

O projeto é incompatível com qualquer projeto turístico na periferia da albufeira, pondo em causa os princípios subjacentes ao PDM atualmente em vigor em termos de modelo de desenvolvimento do concelho.

Muito embora na proposta se indique o baixo impacto visual da infraestrutura, é óbvio que o mesmo é muito elevado.

O próprio corredor para abastecimento dos meios aéreos de combate a incêndios ficará comprometido.

Ficará impedida a possibilidade de circulação de embarcações em condições minimamente aceitáveis.

O tipo de fixação das estruturas, ainda não definido, implicará a colocação de cabos de amarração ao fundo do leito ou às margens da albufeira, criando um novo impedimento à utilização natural do plano de água.

O mesmo problema se colocará com a localização dos cabos submersos de ligação das plataformas à margem Sul da albufeira.

A ocupação do plano de água não tem quaisquer custos de aquisição para o promotor. Com efeito, o espaço é grátis e absolutamente plano. Com a vanta-



Departamento de Planeamento e Gestão do Território

gem acrescida de permitir o arrefecimento natural das infraestruturas, permitindo a rentabilização do projeto, sendo que as vantagens para as populações são nulas. Face aos impactos previsíveis, são mesmo bastante negativas.

Montalegre não é propriamente uma região de boa exposição solar, admitindo-se que tenha apenas cerca de metade das horas de sol relativamente a qualquer região do Sul do país. As vantagens para o promotor que possam advir do custo zero do local de implantação e da maximização das condições de rendimento da mesma, provavelmente serão superiores à menor exposição solar da região.

Embora não sendo referidos, colocar-se-ão, necessariamente, também, problemas de alteração da qualidade da água, uma vez mais condicionando a utilização da albufeira para outras atividades de lazer ou produtivas de reduzido impacto, nomeadamente a pesca, a truticultura e outras.

Uma área la albufeira com cerca de 155 há será privada de luz solar direta, com os consequentes efeitos nefastos na fauna e flora aquáticas.

Refira-se que, quando da discussão das normas de utilização das águas da albufeira, no âmbito da elaboração do Plano de Ordenamento da Albufeira do Alto-Rabagão, aprovado mas nunca homologado e, em definitivo, abandonado, o INAG pretendia a desativação da truticultura existente. Tal não ocorreu por especial despacho da Secretaria Geral competente que anulou tal pretensão.

Em terra são projetadas as restantes infraestruturas, também estas de grande impacto visual e não só: linhas aéreas de média e alta tensão e uma subestação elétrica.

Estas infraestruturas localizam-se, inclusive, na proximidade imediata do Castro de S. Romão, sendo projetada a instalação de infraestruturas de grande porte (linhas de média e alta tensão e uma subestação) que afetarão a envolvente do Castro.

A proposta caracteriza os solos a ocupar a Sul da albufeira como de qualidade inferior, minimizando o impacto de instalação das referidas infraestruturas, quase numa abertura de caminho a uma maior facilidade de aprovação do projeto.

A região próxima não terá qualquer benefício direto com este projeto.

Departamento de Planeamento e Gestão do Território

Sendo admissível a criação de postos de trabalho, serão especializados, em nada contribuindo para o desenvolvimento da região ou para benefício das populações direta e indiretamente afetadas.

Há seguramente alternativas à localização deste projeto, onde os impactos negativos poderão ser minimizados. Na localização agora proposta não se vislumbra qualquer possibilidade de minimização e, muito menos, de eliminação dos impactos ambientais referidos.

Em resumo, pelo exposto, não deverá ser dada qualquer viabilidade ao projeto.

Montalegre, 5 de agosto de 2021

O Director do Departamento de
Planeamento e Gestão do Território do
Município de Montalegre



(José Manuel Álvares Perera, Eng.º Civil)